



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
**Gabinete do Conselheiro Manoel de Andrade**

**TCDF - GCMA**

Folha:

Processo:

Rubrica: \_\_\_\_\_

**Processo nº.** 00600-00000674/2020-98-e

**Origem:** Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal – SES/DF

**Assunto:** Representação

**Ementa:** Representação com pedido de liminar de autoria da empresa RVA Comércio e Serviços de Construções – Eireli, em face da Dispensa de Licitação nº 453/2020, para contratação emergencial de empresa especializada em construção civil para implantação de hospital de campanha no Estádio Nacional de Brasília, Mané Garrincha. Contrato nº 067/2020-SES. Decisão nº 1225/2020. Conhecimento e diligências. Decisão nº 1919/2020. Novas diligências. **Nesta fase:** Unidade Técnica manifesta-se pelo parcial cumprimento da Decisão nº. 1919/2020; procedência da representação da empresa RVA Comércio e Serviços de Construções – Eireli; e diligências à Jurisdicionada. Voto convergente.

Versam os autos sobre a representação, com pedido cautelar, formulada pela empresa RVA Comércio e Serviços de Construções – Eireli acerca de possíveis irregularidades no procedimento de Dispensa de Licitação n.º 453/20 destinado à implantação de hospital de campanha no Estádio Nacional Mané Garrincha, para a criação de 200 (duzentos) leitos de internação para



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
**Gabinete do Conselheiro Manoel de Andrade**

e-DOC 16FA730F  
Proc 00600-00000674/2020-98-e

**TCDF - GCMA**

Folha:

Processo:

Rubrica: \_\_\_\_\_

tratamento de pacientes com Covid19.

Na última assentada, esta Corte, mediante a Decisão nº. 1919/2020, assim se manifestou:

*O Tribunal, por unanimidade, de acordo com o voto do Relator, decidiu: I – conhecer da documentação constante dos e-docs: FC2B85D9c (peça nº 9), 92A71A11-e (peça nº 10), FC9C9818-e (peça nº 11), 0F8C2097-c (peça nº 12), D6AA639A-c (peça nº 13), D3FA2484-c (peça nº 14), BDC1A68Dc (peça nº 15), E9C7B0C6-e (peça nº 16), 8B4BCF41-c (peça nº 17), 2186700B-e (peça nº 18), 04D7483F-e (peça nº 19) e 52DA224B-c (peça nº 21) e e-Doc 082C7D01-e (associado); II – considerar parcialmente cumprido pela Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal – SES/DF o item II da Decisão n.º 1.225/20; III – determinar à SES/DF que, no prazo de 5 (cinco) dias: a) apresente novos esclarecimentos, devidamente acompanhados de documentação comprobatória, sobre as questões suscitadas na Informação n.º 43/2020-Diasp (peça 25), referentes à Dispensa de Licitação n.º 453/2020-SES/DF, que resultou no Contrato n.º 67/2020- SES/DF, quanto à: 1. exigência imotivada de qualificação técnica em serviços de manutenção predial, reforma ou construção de edificações hospitalares, considerando que a totalidade dos itens do objeto da contratação se referem, em princípio, a serviços comuns de engenharia; 2. ausência de encaminhamentos às comunicações realizadas pela representante, solicitando informações quanto à sua desclassificação no certame, abertura de prazo para recurso e suspensão do processo licitatório; 3. metodologia utilizada para a identificação da necessidade e o dimensionamento dos itens constantes na Planilha Orçamentária, assim como para as alterações supervenientes e para a estimativa de preços decorrentes de “composição”; 4. ausência, na proposta apresentada pela empresa contratada, de Planilha Orçamentária com as informações sobre os detalhamentos dos preços das composições utilizadas e por item, em desacordo com a exigência do item 8.1.3 do respectivo Projeto Básico; b) encaminhe ou disponibilize em mídia digital ou outro meio eletrônico, documentos de plantas e estudo leiaute mencionados no § 37 da Informação n.º 43/2020-Diasp; IV – facultar à empresa Contarpp Engenharia Ltda. o prazo de 5 (cinco) dias para, caso queira, apresentar os esclarecimentos que entender pertinentes em relação à ausência de Planilha Orçamentária na sua proposta, em desacordo com a exigência do item 8.1.3 do respectivo Projeto Básico, referida no item III.a.4 anterior; V – autorizar: a) a ciência desta decisão: 1. à empresa signatária da representação; 2. à SES/DF, com a disponibilização do acesso às peças do processo, para subsidiar o cumprimento do item III; b) o envio de cópia desta decisão, da Informação n.º 43/2020-Diasp (peça nº 25) e do relatório/voto do Relator à empresa Contarpp Engenharia Ltda., para subsidiar a sua manifestação; c) o retorno dos autos à Secretaria de Fiscalização de Áreas Sociais e Segurança Pública – Seasp, para as providências pertinentes.*

A Unidade Técnica, mediante a Informação nº. 49/2020 –



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
**Gabinete do Conselheiro Manoel de Andrade**

**TCDF - GCMA**

Folha:

Processo:

Rubrica: \_\_\_\_\_

DIASP1/SEASP, após fazer um breve histórico dos autos, passou à análise do cumprimento das determinações exarada mediante a Decisão nº. 1919/2020.

Quanto ao cumprimento da diligência contida no Item III.a.1 da Decisão nº. 1919/2020, a Unidade Técnica se manifestou nos seguintes termos:

*“12. No tocante à exigência de prévia experiência em obras hospitalares, a dispensa de licitação previu, no item 7.2.2 do Projeto Básico, que a empresa a ser contratada deveria possuir atestado de capacidade técnica que demonstrasse aptidão para execução dos serviços em edificações hospitalares, nos seguintes termos:*

*Projeto Básico*

*Item 7.2.2. Atestado de Capacidade Técnica, expedido por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando que a empresa licitante (pessoa jurídica) executou, de forma satisfatória, serviços de manutenção predial ou construção de edificações hospitalares compatível com as características, o vulto e a complexidade do objeto da presente licitação.*

*13. A resposta da SES/DF em relação a esse ponto foi superficial e inconclusiva, visto que se limitou a invocar genericamente a incidência da Resolução RDC nº 50/2002 – ANVISA.*

*14. Ao citar os serviços de instalação do sistema de climatização como possuindo características específicas em relação às construções convencionais, a SES/DF não especificou as eventuais diferenças ou detalhou de que modo as exigências da norma limitariam a execução dos serviços por empresas com ampla experiência na realização de serviços comuns de engenharia civil.*

*15. Por outro lado, no que tange aos serviços contratados, apenas os itens 06.02.01 – LIMPEZA DOS DUTOS DO AR CONDICIONADO EXISTENTE e 06.02.02 – REVISÃO DO SISTEMA DE AR CONDICIONADO EXISTENTE diziam respeito ao sistema de climatização. Tais serviços, s.m.j., não demandariam conhecimento específico ou incidiriam exigência presente na Resolução RDC nº 50/2002 – ANVISA.*

*16. Nos outros exemplos citados: padrão de piso, padrão de tinta, taxa de iluminação e quantidade de tomadas por leito, a SES também não mencionou como a falta de realização prévia de serviços em edificações hospitalares poderia comprometer a qualidade da obra do hospital de campanha. Ademais, em relação a tais itens, entende-se que as características construtivas indicadas na Resolução nº RDC 50/2002 – ANVISA deveriam, caso necessário,*



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
**Gabinete do Conselheiro Manoel de Andrade**

**TCDF - GCMA**

Folha:

Processo:

Rubrica: \_\_\_\_\_

*ser aplicadas na fase de elaboração do projeto. Inclusive, observa-se que o Projeto Básico elaborado pela SES/DF já previa o tipo/padrão de piso (itens 04.04 e 04.05), pintura (itens 04.02 e 04.03), tipo de iluminação a ser utilizado (item 06.01.48) e quantidade de tomadas (item 06.01.12).*

*17. Conforme apontado inicialmente, os serviços relacionados na planilha orçamentária indicam ser da categoria de serviços comuns de engenharia, sendo que a jurisdicionada absteve-se de especificar pontualmente quais itens do Projeto Básico efetivamente exigiriam para sua execução a expertise em ambientes hospitalares, correlacionando, para cada um deles, o respectivo item da RDC nº 50/2002 que imporia tais exigências.*

*18. A irregularidade em questão tratou-se de verdadeiro critério restritivo, cuja aplicação afastou empresas que cotaram valores mais vantajosos para o Erário, a exemplo da empresa COMBRASEN, que cotou o valor de R\$ 4.831.429,80, mas não foi habilitada por não ter comprovado a mencionada expertise.*

*19. A par desses elementos, entende-se que a SES/DF deva apresentar justificativas, tendo em vista os responsáveis estarem sujeitos à penalidade prevista no art. 272, inciso II, pela prática de ato contrário ao art. 3º, caput, e §1º, inciso I, da Lei n.º 8.666/1993”.*

No tocante ao atendimento do determinado mediante o item III.a.2 da Decisão nº. 1919/2020, a Unidade Técnica assim se manifestou:

*“22. Analisando a documentação juntada aos autos, verifica-se que a SES/DF, ao examinar os aspectos técnicos das propostas encaminhadas pelas interessadas, elaborou o Parecer Técnico nº 62/2020 – SES/SINFRA/DEA, assinado eletronicamente em 08/04/2020, o qual serviu de fundamento para inabilitação da Representante.*

*23. Mais adiante, observa-se que o Contrato nº 67/2020-SES/DF foi assinado eletronicamente pelas partes em 09/04 e 10/04/2020, ou seja, somente dois dias após a elaboração do Parecer que culminou na inabilitação da Representante, bem como de outras empresas interessadas. O extrato contratual foi publicado no dia útil seguinte, 13/04/2020, no DODF nº 52, página 4.*

*24. In casu, a informação de que em 20/04/2020 foi disponibilizado acesso externo, com visualização integral do processo ao representante legal da empresa RVA, mereceria ser considerada como marco para a contagem do prazo recursal. Isso porque, apenas a partir daquela data o interessado teve conhecimento das razões da sua inabilitação.*

*25. Nesse sentido, parece desarrazoada a justificativa da jurisdicionada acerca da intempestividade do requerimento de autoria da empresa RVA,*



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
**Gabinete do Conselheiro Manoel de Andrade**

**TCDF - GCMA**

Folha:

Processo:

Rubrica: \_\_\_\_\_

*datado de 14/04/2020, ou seja, após a assinatura do Contrato, pois não haveria como a interessada recorrer de uma decisão da qual desconhecia. Nesse sentido, deveria a SES/DF ter oportunizado a fase recursal requerida pela empresa RVA, a contar da ciência da empresa acerca das razões que a inabilitaram.*

*26. Embora o atual período de calamidade pública exija a atuação célere e eficaz da Administração no combate ao novo coronavírus, o fato não deve servir de pretexto para possíveis atropelos da Lei e descumprimento de princípios basilares inerentes às contratações públicas, dentre eles o da devida publicidade, até porque o Recurso Administrativo continua previsto na Lei nº 13.979/2020, art. 4-G, §2º, abaixo transcrito, embora apenas com efeito devolutivo:*

*Lei nº 13.979/2020, art. 4-G*

*(...)*

*§ 2º Os recursos dos procedimentos licitatórios somente terão efeito devolutivo.*

*(Incluído pela Medida Provisória nº 926, de 2020)*

*27. Assim, apesar de não haver previsão no aviso de chamamento da dispensa e a Lei nº 13.979/2020 se referir a licitação na modalidade pregão, entende-se que por se tratar de procedimento de seleção formal, a faculdade recursal deve prevalecer também nas dispensas de licitação, ainda que com prazo reduzido e com efeito apenas devolutivo, como previsto na referida lei. Portanto, não obstante a omissão acerca do prazo para recorrer, por analogia dever-se-ia adotar, com ajustes pela Lei 13.979/2020, o previsto no art. 109, inciso I, alínea “a”, da Lei n.º 8.666/1993:*

*Art. 109. Dos atos da Administração decorrentes da aplicação desta Lei cabem:*

*I - recurso, no prazo de 5 (cinco) dias úteis a contar da intimação do ato ou da lavratura da ata, nos casos de:*

*[...]*

*a) habilitação ou inabilitação do licitante;*

*28. No presente caso, por força do disposto no art. 4-G, § 1º da Lei nº 13.979/2020, o prazo deveria ser reduzido para 2 (dois) dias, a contar do conhecimento do ato administrativo pela parte discordante.*

*29. Assim, tendo em vista que a empresa RVA apresentou o requerimento demonstrando sua intenção de recorrer do resultado do certame no dia 14/04/2020, apenas um dia após a publicação do extrato do Contrato nº 67/2020SES/DF (13/04/2020), isto é, tempestivamente, considerando o art. 109, inciso I, alínea “a”, da Lei nº 8.666/1993 c/c art. 4-G, § 1º da Lei nº 13.979/2020, tem-se como procedente o argumento da Representante no que se refere ao cerceamento ao direito do contraditório.*





**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
**Gabinete do Conselheiro Manoel de Andrade**

**TCDF - GCMA**

Folha:

Processo:

Rubrica: \_\_\_\_\_

30. Não obstante, apesar de se entender juridicamente cabível, dado o atual cenário, a análise de eventual recurso movido pela RVA por parte da SES/DF não teria o condão de alterar o estado das coisas, tendo em vista o objeto já ter sido executado, recebido e pago.

31. Por outro lado, a não aceitação do recurso por parte da SES/DF, possibilitou, ao menos em parte, a contratação de proposta economicamente desvantajosa, na medida em que o mérito dos argumentos da RVA não chegou a ser apreciado na seara administrativa, quiçá conhecido o seu conteúdo.

32. Diante disso, no que tange às competências do Controle Externo, entende-se que a SES/DF deva apresentar justificativas, tendo em vista a possibilidade de aplicação de penalidade aos responsáveis, com esteio no art. 272, inciso II, tendo em vista a possível prática de ato contrário ao art. 3º, caput, da Lei n.º 8.666/1993, em face da não observância do devido processo legal.

33. Adicionalmente, sugere-se determinar à Secretaria de Saúde que, doravante, nos processos de dispensa de licitação voltados a contratações para enfrentamento da COVID-19, preveja cláusula oportunizando às empresas interessadas prazo para a interposição de recurso, a contar do conhecimento do resultado do julgamento das propostas, nos moldes previstos no art. 4-G da Lei n.º 13.979/2020.”

**Sobre o cumprimento do determinado pelo item III.a.3 da Decisão nº. 1919/2020, a Unidade Técnica manifestou o seguinte:**

“36. No que se refere ao questionamento relativo a impropriedades na precificação dos itens e nos quantitativos indicados na planilha orçamentária da SES/DF, a jurisdicionada limitou-se a informar que o orçamento foi elaborado por terceiros, cuja metodologia teria sido baseada nas normas previstas na Resolução RDC nº 50/2002 – ANVISA e na estrutura disponível no Estádio Mané Garrincha.

37. A resposta de cunho genérico trazida pela Secretaria de Saúde não esclarece acerca do detalhamento dos custos de itens relevantes, cuja formação de preços adveio de “composição”, nem tampouco explica a divergência entre os quantitativos indicados no Documento de Oficialização da Demanda e os indicados no orçamento da obra e a incompatibilidade entre quantitativos de itens da planilha orçamentária do objeto contratado.

38. Em relação à incompatibilidade identificada na planilha orçamentária da contratação, merecem relevo os quantitativos dos itens 02.01 e 04.01. Ambos têm como unidade de medida o m<sup>2</sup> e dizem respeito à forração do teto, sendo o primeiro relativo aos custos de retirada e o segundo aos custos de colocação. Especificamente em relação aos quantitativos cotados, estranha o fato de ter sido prevista a retirada de 8.705,3 m<sup>2</sup> de forração e a colocação de apenas 4.325,65 m<sup>2</sup>, bem assim o fato de a área de teto relativo à retirada ser superior à área prevista para o hospital de campanha, conforme será



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
**Gabinete do Conselheiro Manoel de Andrade**

**TCDF - GCMA**

Folha:

Processo:

Rubrica: \_\_\_\_\_

*demonstrado a seguir.*

*39. Observando a planta arquitetônica apresentada pela SES/DF, é possível dimensionar, aproximadamente, a área ocupada pelo hospital de campanha no intuito de averiguar se haveria compatibilidade entre os quantitativos referentes à retirada (item 02.01) e colocação de forro (item 04.01) presentes no orçamento da obra, uma vez ter sido identificada diferença com o Documento de Oficialização da Demanda e ante a possível superestimativa da necessidade desse item.*

*40. De acordo com a planta arquitetônica, é possível aferir que a largura da 1ª seção do hospital de campanha mede aproximadamente 26,06 metros e o comprimento fica em torno de 208 metros, totalizando 5.408 m<sup>2</sup> de área. A largura da 2ª seção do hospital de campanha também é aproximadamente 26,06 metros e o comprimento fica em torno de 52 metros, totalizando 1.352 m<sup>2</sup> de área. Dessa forma, pode-se estimar que a área total do hospital de campanha é em torno de 6.760 m<sup>2</sup>.*

*41. Assim, verifica-se indícios de que o orçamento da obra consignou superestimativa em relação ao item 02.01 – SERVIÇO DE RETIRADA DE FORRO MINERAL, cujo quantitativo foi de 8.705,3 m<sup>2</sup>, uma vez que muito se diferencia da área a ser ocupada pelo hospital de campanha.*

*42. Com relação aos preços indicados na planilha de custos, o item 02.01 – SERVIÇO DE RETIRADA DE PLACAS E MONTANTES DE FORRO MINERAL foi orçado em R\$ 116,78 m<sup>2</sup> e o item 04.01 – FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE FORRO TIPO FIBRA MINERAL foi orçado em R\$ 227,49 m<sup>2</sup>.*

*43. A fim de aferir a razoabilidade dos preços unitários desses dois itens da planilha orçamentária, foi realizada análise comparativa com base em preços públicos, praticados em junho de 2020. O resultado aponta para a ocorrência de elevado sobrepreço.*

*44. Para efeito de comparação, no Pregão Eletrônico 00.087/2019 – PA: 22068/2019 23, levado a efeito pelo Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios – TJDF, foram registrados preços para serviços semelhantes a custo muito inferior, a saber:*

**Resultado de Compras**

**PA: 22068/2019**

**Modalidade:** Pregão Eletrônico – Número: 00087/2019 – PA: 22068/2019  
**Objeto:** Registro de preços para contratação de empresa especializada para o fornecimento e instalação de forro em fibra mineral removível em placas e fornecimento apenas de materiais elétricos e de sistema de ar-condicionado, nos termos do edital e dos seus anexos.

**Data de Abertura:** 18/06/2020 – Espécie: Serviço



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
**Gabinete do Conselheiro Manoel de Andrade**

**TCDF - GCMA**

Folha:

Processo:

Rubrica: \_\_\_\_\_

| Item   | Empresa Vencedora                  | Valor Unit. | Quant | Valor Total    |
|--|------------------------------------|-------------|-------|----------------|
| 1 – Remoção de forro de gesso de forma manual sem reaproveitamento                   | LVX Comércio e Serviços Ltda. - ME | R\$ 4,36    | 5000  | R\$ 21.800,00  |
| 2 – Forro de fibra mineral para ambientes comerciais, inclusive estrutura de fixação | LVX Comércio e Serviços Ltda. - ME | R\$106,27   | 5000  | R\$ 531.350,00 |

45. Em relação ao preço registrado pelo TJDF, importa frisar que, além de referirem-se à mesma base territorial (DF), os quantitativos são equivalentes aos do Estádio, bem assim, os valores foram obtidos em 18/06/2020, sendo, portanto, contemporâneos aos fatos analisados nestes autos.

46. Isso posto, verifica-se existir forte indício de sobrepreço, conforme tabela comparativa a seguir:

*Tabela 1 – Estimativa de sobrepreço*

|                                   | Valor unitário (m2) |                           | Contrato 67/2020 – SES/DF                  |   | TOTAL            |
|-----------------------------------|---------------------|---------------------------|--|---|------------------|
|                                   | Remoção de forro    | Fornecimento e instalação | Remoção de forro (Valor unit x 8.705,3 m2) | Fornecimento e instalação (Valor unit. x 4.325,65 m2) |                  |
| CONTARPP ENGENHARIA LTDA          | R\$ 115,62          | R\$ 225,22                | R\$ 1.006.506,79                           | R\$ 974.222,89  | R\$ 1.980.729,68 |
| LVX COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA - ME | R\$ 4,36            | R\$ 106,27                | R\$ 37.955,11                              | R\$ 459.686,83  | R\$ 497.641,93   |
| DIFERENÇA (R\$)                   | R\$ 111,26          | R\$ 118,95                | R\$ 968.551,68                             | R\$ 514.536,07  | R\$ 1.483.087,75 |
| (%)                               | 2552%               | 112%                      | 2552%                                      | 112%  | 298%             |

47. Em relação à contratação do TJDF, o valor do Contrato n.º 67/2020 – SES/DF aponta para um prejuízo ao Erário estimado em R\$ 1.483.087,75, apenas levando em conta os itens 02.01 e 04.01 do orçamento da SES/DF. A diferença advém do fato de o valor cobrado pela CONTARPP ENGENHARIA LTDA ser até 2.552% superior ao obtido na licitação do TJDF.

48. É interessante observar que o item para o qual foi identificado o maior sobrepreço é justamente o item 02.01 – SERVIÇO DE RETIRADA DE PLACAS E MONTANTES DE FORRO MINERAL, cujo quantitativo demonstrou estar superestimado, conforme relatado no § 41 da presente informação. O conjunto das duas situações maximiza o dano ao Erário.

49. Dada a elevada materialidade do prejuízo identificado, entende-se que a SES/DF deva apresentar justificativas, tendo em vista a possibilidade de aplicação de penalidade aos responsáveis, com esteio no art. 272, inciso III,





**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
**Gabinete do Conselheiro Manoel de Andrade**

**TCDF - GCMA**

Folha:

Processo:

Rubrica: \_\_\_\_\_

*tendo em vista a possível prática de ato antieconômico, com dano ao patrimônio público.*

*50. Adicionalmente, mostra-se necessário diligenciar para que a Secretaria de Saúde encaminhe para análise cópias dos Projetos Executivo e As Built, produtos previstos e remunerados no Contrato nº 67/2020 (itens 1.05.02 – FORNECIMENTO DE PROJETO EXECUTIVO e 1.05.03 – FORNECIMENTO DE PROJETO AS BUILT da planilha orçamentária) ao custo de R\$ 238.412,93 e R\$ 53.693,84, respectivamente”*

No tocante ao disposto no item III.a.4. da Decisão nº. 1919/2020, a Unidade Técnica analisou o seu cumprimento em conjunto com a manifestação da empresa CONTARP Engenharia Ltda., nos seguintes termos:

*“56. No tocante à proposta apresentada pela empresa CONTARPP, que, conforme apurado, não continha a planilha de preços, as manifestações apresentadas demonstram que a referida empresa encaminhou a documentação faltante para o e-mail da SES-DF em 03/04/2020, atendendo às exigências do item.”*

Sobre a diligência determinada mediante o item III.b da Decisão nº. 1919/2020, considerando que “a jurisdicionada encaminhou os documentos citados no § 37 da Informação nº 43/2020, conforme determinação do Plenário”, a Unidade Técnica assim se manifestou por seu cumprimento.

Ao final, em sede de conclusão, a Unidade Técnica assim se manifestou:

*“59. A resposta da Secretaria de Estado de Saúde em face dos itens da Decisão nº 1.919/2020 demonstram que houve cerceamento do contraditório, de forma que se conclui pela procedência da Representação da empresa RVA Comércio e Serviços de Construções – EIRELI.*

*60. Em relação aos apontamentos da Unidade Técnica, os argumentos encaminhados pela SES/DF foram dispersos e superficiais, permanecendo as irregularidades em relação à seleção da contratada e à formatação do orçamento estimativo da Dispensa de Licitação nº 453/2020, que culminou na celebração do Contrato nº 67/2020 – SES/DF.*

*61. Além disso, a análise comparativa com preços públicos contemporâneos aos da contratação em epígrafe aponta para elevado sobrepreço em relação aos itens de retirada e fornecimento de forro de teto (itens 02.01 e 04.01 do orçamento), fato agravado pela superestimativa dos serviços de retirada do forro de teto (item 02.01).*



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
**Gabinete do Conselheiro Manoel de Andrade**

**TCDF - GCMA**

Folha:

Processo:

Rubrica: \_\_\_\_\_

62. Assim, diante das irregularidades evidenciadas na presente assentada, será proposta a oitiva da Secretaria de Estado de Saúde, para que apresente circunstanciadas justificativas, sob pena de aplicação de multa aos responsáveis.

63. Em relação ao prejuízo, estimado em R\$ 1.483.087,75, cujo montante representa 29,12% do valor contratado, na próxima fase dos autos, após a oitiva ora proposta, o saneamento do Erário poderá vir a demandar a abertura de Tomada de Contas Especial.”

**Por fim, a Unidade Técnica sugere ao eg. Plenário:**

*“I. tomar conhecimento da documentação encaminhada pela empresa CONTARPP ENGENHARIA LTDA, CNPJ 26.412.148/0001-27 (peça 35, e-DOC 21F3D482) e do Ofício 3533/2020-SES/GAB e anexos (peças 36, 37 e 38; e-DOCs 900898C0, 9AA816FC e 4550158A);*

*II. considerar, no mérito, procedente a Representação da empresa RVA Comércio e Serviços de Construções – EIRELI;*

*III. considerar, em relação à Decisão nº 1919/2020:*

*a) cumpridos os itens III.a.2 e III.a.4, III.b e IV;*

*b) insuficientes os esclarecimentos prestados por meio dos itens III.a.1 e III.a.3;*

*IV. determinar à Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal que:*

*a) apresente circunstanciadas justificativas em relação às irregularidades a seguir, sob pena de aplicação de penalidade aos responsáveis:*

*i. exigência de expertise anterior de serviços de manutenção predial ou construção de edificações hospitalares, em desacordo com o art. 3º, caput, e §1º, inciso I, da Lei n.º 8.666/1993;*

*ii. cerceamento do contraditório, indicando inobservância do devido processo legal, em desacordo com o art. 3º, caput, da Lei n.º 8.666/1993;*

*iii. falha no dimensionamento do item 02.01 – SERVIÇO DE RETIRADA DE FORRO MINERAL da planilha orçamentária, cujo quantitativo demonstra ser superior à área total utilizada para a montagem do hospital de campanha instalado no Estádio Nacional de Brasília;*



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
**Gabinete do Conselheiro Manoel de Andrade**

**TCDF - GCMA**

Folha:

Processo:

Rubrica: \_\_\_\_\_

*iv. sobrepreço nos custos unitários dos itens 02.01 – SERVIÇO DE RETIRADA DE FORRO MINERAL e 04.01 – FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE FORRO TIPO FIBRA MINERAL da planilha orçamentária;*

*b) encaminhe cópia dos Projetos Executivo e As Built, produtos previstos no Contrato nº 67/2020;*

*c) doravante, nos processos de licitação ou dispensa de licitação voltados a contratações para enfrentamento da COVID-19, dê publicidade ao resultado do julgamento das propostas e inclua a possibilidade recursal por parte das possíveis empresas interessadas, nos termos do art. 4º-G da Lei 13.979/2020;*

*V. autorizar:*

*a) o envio de cópia da Decisão que vier a ser proferida à SES/DF;*

*b) o retorno dos autos à Secretaria de Fiscalização de Áreas Sociais e Segurança Pública para a análise da resposta ao item IV destas Sugestões.”*

**É o relatório.**

**V O T O**

Da análise dos autos, verifico que o órgão técnico se manifesta pelo parcial cumprimento das determinações contidas na Decisão nº. 1919/2020 e por novas determinações à Jurisdicionada, bem como pela procedência da representação aviada pela empresa RVA Comércio e Serviços de Construções – EIRELI.

Comungo do citado entendimento.

Quanto ao cumprimento das determinações contidas na Decisão nº. 1919/2020, assim como o órgão técnico, entendo insuficientes apenas os esclarecimentos prestados pela SES/DF, em relação ao contido nos itens III.a.1 e III.a.3, “*permanecendo as irregularidades em relação à seleção da contratada e à formatação do*

**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
**Gabinete do Conselheiro Manoel de Andrade****TCDF - GCMA**

Folha:

Processo:

Rubrica: \_\_\_\_\_

*orçamento estimativo da Dispensa de Licitação nº 453/2020, que culminou na celebração do Contrato nº 67/2020 – SES/DF”.*

Fora isso, conforme acentuado pela Unidade Técnica, a análise comparativa com preços públicos contemporâneos aos da contratação, apontou “*para elevado sobrepreço em relação aos itens de retirada e fornecimento de forro de teto (itens 02.01 e 04.01 do orçamento), fato agravado pela superestimativa dos serviços de retirada do forro de teto (item 02.01)”*”.

Cabe registrar que tais impropriedades demandam a oitiva da SES/DF para apresentação de esclarecimento, razão pela entendo pertinentes as sugestões ofertadas pela Unidade Técnica neste sentido.

No tocante à representação manejada pela empresa RVA Comércio e Serviços de Construções – EIRELI, entendo que deve ser julgada procedente, porquanto os documentos encaminhados pela SES/DF, confirmam que a citada empresa teve o seu direito ao contraditório cerceado, na medida em que seu recurso do resultado do certame foi tido por intempestivo quando não era.

Conforme demonstrado pelo Corpo Técnico, “*a empresa RVA apresentou o requerimento demonstrando sua intenção de recorrer no dia 14/04/2020, apenas um dia após a publicação do extrato do Contrato nº 67/2020SES/DF (13/04/2020)”*”.

Numa simples análise, considerando que o artigo 109, inciso I, alínea “a”, da Lei nº. 8.666/1993, prescreve que o prazo para interposição de recurso, nos casos de inhabilitação, é de 05 (cinco) dias da intimação do ato ou da lavratura da ata, bem como que o §1º do artigo 4º-G da Lei nº. 13.979/2020, determinou que este prazo fosse reduzido pela metade, verifico que o referido recurso preenchia o requisito da tempestividade.

Nesse sentido, acolho o entendimento manifestado pelo órgão técnico, para que a representação manejada pela empresa RVA Comércio e Serviços de Construções – EIRELI, no mérito, seja julgada procedente.



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
**Gabinete do Conselheiro Manoel de Andrade**

**TCDF - GCMA**

Folha:

Processo:

Rubrica: \_\_\_\_\_

Todavia, a procedência da citada representação não tem o condão de alterar o estado das coisas, tendo em vista o objeto já ter sido executado, recebido e pago, ensejando apenas nova oitiva da Jurisdicionada para apresentação de justificativas, *“tendo em vista a possibilidade de aplicação de penalidade aos responsáveis, com esteio no art. 272, inciso II, tendo em vista a possível prática de ato contrário ao art. 3º, caput, da Lei n.º 8.666/1993, em face da não observância do devido processo legal”*.

Assim sendo, acolho entendimento manifestado pelo órgão técnico, adotando suas razões e fundamentos como razão de decidir, e **VOTO** porque este eg. Plenário:

I. conheça:

a) da documentação encaminhada pela empresa CONTARPP ENGENHARIA LTDA;

b) do Ofício nº. 3533/2020 – SES/GAB e anexos;

c) do Ofício nº. 543/2020 – GPCF;

II. considere, no mérito, procedente a Representação da empresa RVA Comércio e Serviços de Construções – EIRELI;

III. considere, em relação à Decisão nº 1919/2020:

a) cumpridos os itens III.a.2 e III.a.4, III.b e IV;

b) insuficientes os esclarecimentos prestados por meio dos itens III.a.1 e III.a.3;

IV. determine à Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal que:

a) apresente circunstanciadas justificativas em relação às irregularidades a seguir, sob pena de aplicação de penalidade aos responsáveis:

i. exigência de expertise anterior de serviços de





**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
**Gabinete do Conselheiro Manoel de Andrade**

**TCDF - GCMA**

Folha:

Processo:

Rubrica: \_\_\_\_\_

manutenção predial ou construção de edificações hospitalares, em desacordo com o art. 3º, caput, e §1º, inciso I, da Lei n.º 8.666/1993;

ii. cerceamento do contraditório, indicando inobservância do devido processo legal, em desacordo com o art. 3º, caput, da Lei n.º 8.666/1993;

iii. falha no dimensionamento do item 02.01 – SERVIÇO DE RETIRADA DE FORRO MINERAL da planilha orçamentária, cujo quantitativo demonstra ser superior à área total utilizada para a montagem do hospital de campanha instalado no Estádio Nacional de Brasília;

iv. sobrepreço nos custos unitários dos itens 02.01 – SERVIÇO DE RETIRADA DE FORRO MINERAL e 04.01 – FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE FORRO TIPO FIBRA MINERAL da planilha orçamentária;

b) encaminhe cópia dos Projetos Executivo e As Built, produtos previstos no Contrato nº 67/2020;

c) doravante, nos processos de licitação ou dispensa de licitação voltados a contratações para enfrentamento da COVID-19, dê publicidade ao resultado do julgamento das propostas e inclua a possibilidade recursal por parte das possíveis empresas interessadas, nos termos do art. 4º-G da Lei 13.979/2020;

V. autorize:

a) o envio de cópia desta Decisão e do Relatório/Voto que a conduziram à SES/DF;

b) o retorno dos autos à Secretaria de Fiscalização de



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
**Gabinete do Conselheiro Manoel de Andrade**

**TCDF - GCMA**

Folha:

Processo:

Rubrica: \_\_\_\_\_

Áreas Sociais e Segurança Pública para a análise da  
resposta ao item IV desta Decisão.

Brasília, em                      de                      de 2020.

**MANOEL DE ANDRADE**  
**Relator**